



SÍNDROME DE DOWN E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR: UM ESTUDO DE CASO

Daniela Rodrigues da Costa¹; Luana Jhulia de Almeida Gomes² Maria Rosilene Maués Gomes³

1 – Graduação - Instituto Federal do Pará, IFPA – Abaetetuba-PA; 2 – Graduação – Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia, FAM - Abaetetuba-PA; 3 – Mestrado – Instituto Federal do Pará, IFPA – Abaetetuba-PA

RESUMO

O presente trabalho, foi resultado de um projeto de pesquisa realizado na disciplina “Vivência na Educação Especial”. Teve como objetivo analisar a convivência da pessoa DOWN tanto no âmbito familiar, quanto no âmbito escolar, onde verificou-se se a escola dispõe de ações que possibilitem a inclusão de alunos com SD, focalizando, também a família, pois é no seio familiar que podemos encontrar diversos obstáculos para o exercício da inclusão. Essa pesquisa é de caráter qualitativo, um estudo de caso, realizado em uma escola de ensino regular na cidade de Abaetetuba – Pará. Esta escola atende crianças oriundas de diversos níveis socioeconômicos, e conta com uma sala de recursos para alunos com necessidades especiais, onde se realiza atendimento individual dentro do contexto escolar (no contra turno). Para a coleta e a análise dos dados, foram utilizados os seguintes procedimentos: questionário informal com os pais e com duas professoras; observação da pessoa DOWN no ensino regular e na sala de recursos. Coletamos e registramos dados sobre o trabalho pedagógico, tanto no atendimento especial, quanto nas suas atividades regulares na escola. Por meio de nossas observações e dos dados obtidos pudemos inferir que a aluna tem um bom desempenho acadêmico, uma boa relação com os professores e colegas de classe. A escola de ensino regular apresentou um cenário onde foi efetivada a inclusão, com um ambiente agradável e propício para as pessoas portadoras da SD, tanto no que diz respeito à estrutura física, quanto às práticas pedagógicas desenvolvidas, possibilitando um bom processo de ensino-aprendizagem. Para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva é preciso, ter como base um ambiente agradável e propício para o aprendizado e desenvolvimento, contando com o olhar sensível do professor para às diversas especificidades, prevalecendo a questão do respeito mútuo entre os sujeitos envolvidos. Os pais e educadores precisam estar preparados para este papel no processo educativo, buscando informações e capacitação continuada, para tornar o processo de aprendizagem dessas pessoas o melhor possível.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Ensino regular, Síndrome de down.

INTRODUÇÃO

Inclusão, do verbo incluir, significa compreender, fazer parte de, ou participar de. Participação é uma necessidade fundamental do ser humano e este só terá possibilidade total de desenvolvimento numa sociedade que favoreça sua participação.



A Educação Inclusiva consiste na inserção escolar de forma radical, completa e sistemática de todos os alunos, sem exceções, que devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Nesse processo não deve-se estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar. Para Mantoan (2005), a inclusão é estar com, é interagir com o outro, e esse estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos, tendo capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.

Segundo a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994),

O termo necessidades educacionais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (Brasil, 1994, p. 17).

Isso sugere uma reflexão das práticas de inclusão que a escola utiliza, as quais devem ser contrárias às práticas de classificar e categorizar os alunos por meritocracia, como muito é feito nas escolas. A educação deve formar o indivíduo como um todo, desenvolver sua autonomia e senso crítico. Dessa forma, a escola precisa estar sempre se adaptando, em movimento, em constante transformação e construção pelas diferenças.

Nos últimos anos a educação inclusiva tem sido alvo constante de discussões. Em 1989, foi aprovada a lei nº 7.853/89, que prevê a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, prognosticando punições para diretores de ensino público ou particular que se recusem a matricular alunos que apresentem algum tipo de deficiência, ou mesmo suspendam a sua permanência da escola sem uma justa causa. A LDB/96 também prevê a inclusão de pessoa com deficiência na rede pública de ensino. Embora essa legislação vigente seja pontual a favor da inclusão, ainda presenciamos manifestações de dúvidas e resistências por parte não só dos professores, mas também da família e da comunidade em geral.

A aprendizagem não configura-se apenas em uma dimensão individual, mas de forma coletiva, manifestada nas formas de interação entre pessoas, escola, família e comunidade (CASA GRANDE, 2006), ou seja, todos devem desempenhar um papel ativo no processo de inclusão, pois o projeto pedagógico para diversidade se constitui em um grande desafio para o sistema educativo como um todo. Para Mantoan (2010),

Pautada para atender a um aluno idealizado e de um projeto educacional elitista, meritocrático e homogeneizador, a escola tem produzido situações de exclusão que têm, injustamente, prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes... (MANTOAN, 2010, p. 128)



Sendo assim, este trabalho se caracteriza como um estudo do caso de uma pessoa com Síndrome de Down (SD), tendo como objetivo, analisar a convivência da pessoa com deficiência, tanto no seu âmbito escolar, quanto no seu âmbito familiar, para verificar se a inclusão ocorre de fato, ou se apenas configura-se como um ensino compensatório na rede regular de ensino.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola de ensino regular na cidade de Abaetetuba – Pará, onde a aluna está cursando o 3º ano de ensino médio. Esta escola atende crianças oriundas de diversos níveis socioeconômicos, e conta com uma sala de recursos a alunos com necessidades especiais, onde se realiza atendimento individual dentro do contexto escolar (no contra turno). Coletamos e registramos dados sobre o trabalho pedagógico com a aluna, tanto no atendimento especial, quanto nas suas atividades regulares na escola, constituindo-se um diário de bordo. Para a coleta e a análise dos dados foram utilizados os seguintes procedimentos: questionário informal com os pais e duas professoras; observação da aluna na escola regular e na sala de recursos.

O PROCESSO DA INCLUSÃO

Como foi mencionado anteriormente, a escola precisa se adaptar às necessidades do aluno com necessidades especiais, e essa é uma ideia que, gradativamente, foi sendo reconhecida. Segundo Mantoan (2003), até o início dos anos 80, existiam no Brasil dois sistemas de ensino: um para a educação regular destinado a atender alunos tidos como “normais”, e outro para a educação especial, destinado especificamente a atender alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, os “deficientes”. Somente a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca, que surgiu o conceito de unificação desses dois sistemas. Com essa unificação, alunos com necessidades educacionais especiais deveriam frequentar a sala de aula, juntamente com os demais alunos do ensino regular.

Essa nova postura exigiu/resultou mudanças na forma de se educar, se tendo hoje a educação como princípios básicos a inclusão, isso implica em dizer que não basta inserir fisicamente pessoas em um ambiente escolar regular, mas sim a participação efetiva destas, se fazendo parte integrante do ambiente escolar.

A aluna em questão, estudou, até os seus 22 anos de idade, fora da rede regular de ensino, estudou na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). E por isso não sabemos como era o processo de interação e apoio pedagógico nesta instituição. Porém, os pais relataram que a aluna, desde a primeira infância, demonstrava interesse em estudar em



uma escola regular, junto com os alunos considerados “normais”, no entanto os pais tinham receio de matriculá-la na escola de ensino regular. Para Sampaio (2012, p. 283), “um aspecto importante para a independência de um Down, é o desenvolvimento do sentimento de pertencer a um grupo, seja familiar, de amizade, etc., ou seja, ele precisa se sentir aceito”. E a educação inclusiva pode possibilitar isso para o aluno com necessidades especiais. Vigostsky (1989), já destacava a importância das relações sociais no processo de ensino aprendizagem, quando diz, que o indivíduo não possui funções internas que garantem sozinhas seu desenvolvimento. E que o simples contato com objetos por si só não possibilita o desenvolvimento, mas sim as relações sociais, principalmente na linguagem, que o desenvolvimento ocorre, ou seja, quanto mais o aluno interage com situações diferenciadas, com a diversidade, mais ele adquire conhecimento.

Segundo Schwartzman (1999), o indivíduo com SD manifesta comprometimento no desenvolvimento da linguagem, que mostra-se mais lenta, e é neste domínio que a pessoa portadora apresenta mais atrasos. Nas nossas observações feitas na escola regular, pudemos constatar que a aluna apresenta uma boa linguagem, pois se comunica bem não só com seus colegas na escola, mas também com sua família. Dessa forma, vemos que a interação, uma relação saudável e respeito mútuo com os demais alunos, possibilitou a aluna um desenvolvimento na linguagem, e devido a isso, ela consegue obter um bom desempenho acadêmico. Segundo Werneck (1997), o Down é um excelente imitador, e assim, absorvem melhor e rapidamente os bons hábitos.

A aluna quando questionada sobre as perspectivas profissionais, ela nos conta que pretende fazer cursinho pré-vestibular para poder ingressar numa faculdade. Assim, mais um ponto positivo para a inclusão, pois possibilita, desenvolver nessas pessoas, habilidades que as levem a exercer dignamente sua cidadania e até mesmo uma atividade profissional.

Com relação às práticas docentes dos professores nas aulas regulares, nossas observações, revelou que a aluna dispõe de bom acompanhamento de seus professores, pois esses lhe inspiram confiança, lhe dão o apoio e atenção especial que a aluna precisa. Os professores, demonstraram sensibilidade com relação às limitações da aluna, e sempre que necessário, buscavam adaptar sua prática pedagógica, delineando novos jeitos de ensinar, novas perspectivas em busca de melhores maneiras possíveis de promover a aprendizagem da aluna.

Para Lopes (2017, p. 104),

o professor assume um papel de destaque. Ele precisa está aberto às



mudanças e compreender que nunca estará completamente preparado para promover a inclusão, simplesmente porque cada aluno portador de deficiência possui suas particularidades. E isto exige do professor, um “saber especial”, uma dedicação e mais do que isto, um compromisso.

Esse “saber especial” que o professor deve ter, acredito, que não deva ser uma formação específica em cada necessidade que aparecer no contexto escolar, afinal, existem inúmeras particularidades. O professor não precisa ser um especialista, o mais importante é que ele possua um olhar sensível perante aquele aluno especial. E partir disso, poder adaptar suas práticas pedagógicas, considerando as necessidades de todos os alunos e se estruturar em função dessas necessidades. E para isso é fundamental, que o professor sempre busque se atualizar

Para que ocorra a Educação Inclusiva, além de um bom projeto pedagógico e de adaptações físicas, a escola precisa também oferecer Atendimento Educacional Especializado paralelamente às aulas regulares, preferencialmente, no mesmo local. Segundo Mantoan (2006, p. 27), com relação ao AEE:

[...] é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência. Abrange, sobretudo, instrumentos necessários à eliminação das barreiras naturais que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo. Exemplos: o ensino da língua brasileira de sinais (Libras) e do código braile e o uso dos recursos de informática e de outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares. (MANTOAN, 2006, p. 27)

Partindo desta perspectiva, o AEE deve ser complementar e necessariamente diferente do ensino escolar, atendendo às especificidades do aluno, e não deve ser uma atividade que tenha como objetivo o ensino escolar especial adaptado para desenvolver conteúdos acadêmicos, configurando-se como apenas um “reforço escolar”, ou repetição de conteúdos programáticos da classe regular

As atividades desenvolvidas pela aluna nesse espaço, demonstrou que a escola lócus da pesquisa buscou criar condições que favorecessem a inclusão, desenvolvendo atividades que estimulavam o desenvolvimento cognitivo e aprendizagem da aluna. Uma das atividades que a aluna desenvolvia nesse espaço, era colar pedaços de canudinhos plástico, em contornos de variados desenhos, para desenvolver sua coordenação motora, e para que esta atividade não se tornasse repetitiva, a professora, traçava um plano para a aluna resolver, agindo com autonomia para escolher o caminho da solução. Dessa forma, o AEE é importante para o processo de inclusão da pessoa Down, uma vez que a colaboração entre ensino regular e sala de recursos, constituiu condição importante para que ocorresse aprendizagem e desenvolvimento da autonomia da aluna.



Ainda com relação às atividades desenvolvidas no AEE, Batista & Mantoan (2006), dizem que é importante:

... intervir no sentido de fazer com que esses alunos percebam a capacidade que têm de pensar, de realizar ações em pensamento, de tomar consciência de que são capazes de usar a inteligência de que dispõem e de ampliá-la, pelo seu esforço de compreensão, ao resolver uma situação problema qualquer”. (BATISTA & MANTOAN, 2006, p. 21).

CONCLUSÃO

A escola de ensino regular apresentou um cenário onde foi efetivada a inclusão, com um ambiente agradável e propício para as pessoas portadoras da SD, tanto no que diz respeito à estrutura física, quanto às práticas pedagógicas desenvolvidas, possibilitando um bom processo de ensino-aprendizagem.

As transformações no ensino para a inclusão foram de suma importância para incluir os demais que outrora eram discriminados, possibilidade esta que dá ao aluno especial ter oportunidade de estudar e interagir com os demais alunos e também ter sonhos e possibilidades de alcançar seus objetivos.

O atendimento educacional especializado é, de fato, muito importante para o progresso escolar do aluno com SD. Deste modo a inclusão foi fundamental para a aluna, pois possibilitou seu desenvolvimento cognitivo e psicomotor

O contexto escolar é importante, pois pode oferecer oportunidades para aprendizado e desenvolvimento, porém, é através da participação conjunta da família e da escola que se obtém melhores resultados no processo de inclusão, tendo por objetivo maior, a estimulação precoce da inclusão da pessoa Down, para, dessa forma, minimizar as diferenças no aprendizado dessas pessoas.

Os pais e educadores precisam estar preparados para este papel no processo educativo, buscando informações e capacitação continuada, para tornar o processo de aprendizagem dessas pessoas o melhor possível.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei N°. 7.853, de 24 de outubro de 1989.
- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- CASA GRANDE, R. M. Inclusão : privilégio de conviver com as diferenças. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.



MANTOAN, M. T. E. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. *In. Nova Escola*, maio, 2005.

LOPES, R. C. O desenvolvimento da educação inclusiva no contexto atual. *Revista Latino-Americana De Educação, Cultura E Saúde*. v. 1, n. 1, p. 98-105, 2017, p. 104.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. *In: RODRIGUES, D. (org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.* São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. O Direito à Diferença na Igualdade de Direitos. *Revista Brasileira de Estudos Jurídicos* v. 5, n. 1. 2010, p. 128

SAMPAIO, A. M. A Síndrome de Down no Contexto Familiar e Social. *Eventos Pedagógicos* v.3, n.1, Número Especial, p. 276 – 286, Abr. 2012. p. 283

SCHWARTZMAN, J. S. et al. *Síndrome de Down*. São Paulo: Ed. Memnon, 1999.

VIGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. Lisboa, Edições Antídoto, 1989.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

LOPES, R. C. O Desenvolvimento Da Educação Inclusiva No Contexto Atual. *Revista Latino-Americana De Educação, Cultura E Saúde*. v. 1, n. 1, p. 98-105, 2017.

BATISTA, A. M; MANTOAN, M. T. E. *Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental*. 2. ed. MEC, SEESP. Brasília, 2006. 68 p.